

DA LUTA PELA TERRA À LUTA PELA VIDA: POSSIBILIDADES TEÓRICO-CONCEITUAIS EM CIRCUNSTÂNCIAS DRAMÁTICAS

Marco Antonio Mitidiero Junior

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG-UFPB)
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo-UFS)
mitidierousp@yahoo.com.br

De la lucha por la tierra a la lucha por la vida: posibilidades teórico-conceptuales en circunstancias dramáticas

Resumen. Este texto apunta a señalar algunos caminos teóricos para interpretar las transformaciones y los desafíos que han estado ocurriendo en las luchas de los movimientos sociales en el campo. Nociones conceptuales como la *lucha por la tierra* y la *lucha por el territorio* han dado paso a la noción de *lucha por la vida*, es decir, las luchas por la tierra y la autonomía se han transformado en una lucha por la reproducción social, para continuar existiendo. Por esta razón, este artículo retoma el concepto de la acumulación primitiva de Marx para analizar el periodo actual de luchas sociales sobre la tierra y, por lo tanto, dialoga con otros autores que parten de la acumulación primitiva para interpretar el tiempo presente.

Palabras clave: Lucha por la vida, territorio, acumulación primitiva

De la lluita per la terra a la lluita per la vida: possibilitats teòric-conceptuals en circumstàncies dramàtiques

Resum. Aquest text apunta a assenyalar alguns camins teòrics per a interpretar les transformacions i els desafiaments que han estat ocorrent en les lluites dels moviments socials en el camp. Nocions conceptuals com la lluita per la terra i la lluita pel territori han donat pas a la noció de lluita per la vida, és a dir, les lluites per la terra i l'autonomia s'han transformat en una lluita per la reproducció social, per a continuar existint. Per aquesta raó, aquest article reprèn el concepte de l'acumulació primitiva de Marx per a analitzar el període actual de lluites socials sobre la terra i, per tant, dialoga amb altres autors que parteixen de l'acumulació primitiva per a interpretar el temps present.

Paraules clau: Lluita per la vida, territori, acumulació primitiva

Agradecimientos

Agradeço imensamente ao professor Eguimar Felício Chaveiro (Universidade Federal de Goiás) pelos insights sobre os conceitos/noções de lutas pela terra, território e vida. Também agradeço à professora Aurelane Alves Santana pela revisão ortográfica e gramatical do texto.

From the struggle for land to the struggle for life: conceptual-theoretical possibilities in dramatic circumstances

Abstract. This text aims to show some conceptual paths for interpreting the transformations and challenges that have been occurring in the social movements struggles in the countryside. Conceptual notions such as struggle for land and struggle for territory have given way to the notion of struggle for life, that is, struggles for land and autonomy have been transformed into struggle for social reproduction to continue to exist. For this reason, this article takes up Marx's concept of primitive accumulation to analyze the current period of social struggles for land, besides to dialogue with other authors who use primitive accumulation to interpret the present time.

Keywords: Struggle for life, territory, primitive accumulation

Título Da luta pela terra à luta pela vida: possibilidades teórico-conceituais em circunstâncias dramáticas

Sumário. O presente texto tem como objetivo apontar alguns caminhos conceituais para a interpretação das transformações e desafios que vêm ocorrendo nas lutas dos movimentos sociais no campo. Noções conceituais como luta pela terra e luta pelo território vêm dando lugar à noção de luta pela vida, ou seja, as lutas por terra e autonomia vêm se transformando em luta por reprodução social, para continuar existindo. Por isso, este artigo retoma o conceito de acumulação primitiva de Marx para analisar o atual período das lutas sociais por terra e, com isso, dialoga com outros autores que partem da acumulação primitiva para interpretar o tempo presente.

Palavras-chave: Luta pela vida, território, acumulação primitiva

1. INTRODUÇÃO

É cada vez mais presente no discurso e nos lemas de luta dos movimentos sociais no campo a expressão *luta pela vida*. Essa expressão também vem ganhando espaço na literatura científica como perspectiva de análise de uma realidade que vem se tornando mais perversa no que se refere à reprodução social de parte significativa da classe trabalhadora e de grupos sociais marcados por especificidades econômico-territoriais e étnico-raciais, como são as comunidades indígenas, quilombolas, camponeses e sem terra. *Luta pela vida* aparece como uma noção dramática dessa conjuntura socioeconômica e política, sendo que, ao mesmo tempo, nos alerta sobre os perigos dessa quadra histórica e nos ajuda a compreender a dinâmica destrutiva do desenvolvimento do modo capitalista de produção em franca crise sistêmica e estrutural.

Formas mais agressivas, regressivas, predatórias e injustas de capitalismo estão por toda parte. Esse caráter destrutivo do sistema capitalista contemporâneo sempre atinge primeiro e mais fortemente as populações pobres, não obstante, mesmo vivendo em constante ameaça, a organização da classe trabalhadora nunca deixou (e deixará) de ser um vetor de resistência. Diante disso, o presente texto tem como objetivo apontar alguns caminhos teórico-conceituais para a interpretação das transformações e desafios que vêm ocorrendo nas lutas dos movimentos sociais no campo/rurais, assumindo a realidade brasileira como foco de análise. Noções conceituais como *luta pela terra* e *luta pelo território* vêm dando lugar à noção de *luta pela vida*, ou seja, as lutas por terra e autonomia vêm se transformando em luta por reprodução social, as quais populações marginalizadas, cada vez mais ameaçadas, lutam para continuar existindo. Por essa razão, a presente reflexão retoma o conceito da acumulação primitiva de Marx para analisar o atual período das lutas sociais por terra (e trabalho) e, com isso, dialoga com outros autores que partem da acumulação primitiva para interpretar o tempo presente. Será uma reflexão muito mais teórico-conceitual do que uma análise da realidade fática, de fatos e eventos da história contemporânea das lutas.

Como preâmbulo dessa proposta de análise, assume-se a seguinte perspectiva teórica para discutir a atual conjuntura: o capitalismo está em crise sistêmica e estrutural.

As crises no capitalismo, como é frequente, ocorrem devido a barreiras ao processo de acumulação, com manifestação em um dado setor da economia ou na economia como um todo. Porém, “os sinais dos tempos” indicam um caráter universal e totalitário progressivamente ganhando força, tanto da crise como, principalmente, dos seus efeitos.

Uma série de exemplos claros de regressão civilizatória, de privatização e pilhagem do que é público, de predação do que é comunitário, de destruição dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e de expulsões e expropriações socioterritoriais são cotidianamente recorrentes no mundo. É praticamente impossível atualmente encontrar uma sociedade em qualquer parte do mundo em que os(as) trabalhadores(as) obtenham ganhos no que se refere a direitos trabalhistas, a ampliação da seguridade social, acesso livre aos bens naturais (bens comuns) e aumento da chamada “qualidade de vida” da classe que vive do trabalho. Assim, a crise, que apresenta várias faces, vem assumindo forma e conteúdo sistêmicos.

José Paulo Neto (2012) vai mais adiante e argumenta ser uma crise sistêmica por não ser uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida, uma vez que se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital. Dessa forma, o desenvolvimento do modo capitalista de produção vem se transformando em um sistema irracional (sobretudo nos termos dos direitos humanos e universais), sendo que as alternativas por dentro do sistema guardam aspectos de reversão e regressão violentas das conquistas sociais. Conforme o autor, «a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias», e

completa que «em todos os níveis da vida social, a ordem tardia do capital não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores e mesmo para a humanidade» (Neto, 2012, p. 425/426). É com essa paisagem que a noção de luta pela vida começa a subsumir e substituir noções mais positivas como a de luta por terra e território.

István Mészáros (2002) atenta para as condições totalitárias e universais da crise. Este pensador, que data os acontecimentos e transformações críticas do sistema desde a década de 1970, afirma que as causas e efeitos da crise não estão restritos a alguns países, a uma esfera particular ou a um ramo de produção. Diferentemente de como foram todas as principais crises do passado, a atual possui um alcance global. Além disso, não está limitada a colapsos espetaculares, há apenas grandes hecatombes (embora possa ocorrer em algum país ou em determinadas regiões). Na concepção de Mészáros, a crise tem um modo de acontecer rastejante, uma escala de tempo permanente e uma «relativização irresponsável das restrições absolutas do sistema»¹, sendo que todas as formas de administração fracassaram e levaram a uma crise incontrolável² e estrutural.

Tão alarmante quanto Neto (2012), Mészáros (2002) concebe que, sob as condições de uma crise estrutural do capital, «seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro de incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral» (Mészáros, 2002, p. 10). Parece estar progressivamente mais difícil criar margem de manobra para o sistema em crise, pois a estratégia de destruição produtiva - conceito difundido na literatura crítica para interpretar estratégias do capital diante de crises - vai dando lugar à noção de produção destrutiva. Isso vem fazendo com que as lutas de resistência e emancipatórias migrem para a luta por existência. Ou, como na reflexão de Fontes (2010), não é por menos que as lutas anticapitalistas passam a abranger o conjunto da existência.

Diante dessa caracterização do desenvolvimento crítico do modo capitalista de produção, Mészáros reconhece a atual conjuntura como uma crise estrutural, negando a noção de crise cíclica «É preciso admitir que enquanto a relação atual entre os interesses dominantes e o Estado capitalista prevalecer e impuser com sucesso suas demandas à sociedade não haverá grandes tempestades a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações de frequência e intensidades crescentes por todos os lugares. Dessa maneira, a antiga “anormalidade” das crises – que antes se alternavam com períodos muito mais longos de crescimento ininterrupto e desenvolvimento produtivo – sob as condições atuais pode, em doses diárias menores, se tornar a normalidade do “capitalismo organizado”. De fato, os picos das históricas e bem conhecidas crises periódicas do capital podem ser – em princípio – completamente substituídos por um padrão linear de movimento.

Seria, contudo, um grande erro interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita erupção como evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado, em vez da representação de um continuum depressivo, que exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada» (Mészáros, 2002, p. 697).

Por fim, sem poder alongar em uma infinidade de autores que apontam o caráter alarmante e aterrorizador dessa crise “rastejante”, vale-se do pensamento de Slavoy Zizek (2010), no livro *Vivendo no fim dos tempos*, de que entramos em um novo período no qual a crise econômica se tornou permanente, simplesmente um estilo de vida. Para ele, o motor central dessa crise são a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema (problemas

¹ «... é preciso fazer a ressalva de que não devemos imaginar que o incansável impulso do capital de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos» (Mészáros, 2002, p. 220).

² De forma muito sagaz, Mészáros (2002) lembra que a figura conceitual de Adam Smith, a “mão invisível” que orientaria os capitalistas individuais em momentos de crise, é uma admissão e confissão do próprio sistema de que ele é incontrolável.

de propriedade intelectual, a luta vindoura por matérias-primas, comida e água) e o crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais. Com isso, este autor defende que a crise ocorre nos extremos da vida econômica e não mais no núcleo do processo produtivo - essas duas pontas extremas são a ecologia e a pura especulação financeira.

Essas quatro dimensões, que Zizek (2010) chamou de “quatro cavaleiros do apocalipse”, atingem em cheio aos sujeitos sociais objeto desse texto: homens e mulheres rurais, camponeses, comunidades indígenas e quilombolas, comunidades tradicionais, posseiros, sem terra e movimentos sociais de luta pela terra. Aqui, vale repetir e reafirmar que, no atual estágio de crise do capitalismo, a luta que antes era eminentemente por autonomia, emancipação e melhorias de vida desses sujeitos, passa a ser uma espécie de luta pela sobrevivência, isto é, uma forma de defender a própria existência.

2. LUTA PELA TERRA, LUTA PELO TERRITÓRIO E LUTA PELA VIDA

Pensando especialmente no caso brasileiro, os conceitos de luta pela terra e luta pelo território podem, mesmo que forçosamente, servir como possibilidade de análise de toda a história de formação territorial desse país. Desde o período inicial de formação desse território nacional, dos índios aos escravos africanos, da colonização portuguesa a república, a terra sempre esteve em disputa. Sempre existiram na história nacional, antes e depois da institucionalização da propriedade privada da terra em 1850, distintas formas de luta pela terra e território, ao ponto que essas lutas acompanham, ora explícita, ora implicitamente, o desenvolvimento da sociedade e do território brasileiro.

Contudo, os conceitos assumidos para debate nesse texto possuem recorte temporal datados a partir dos anos finais da ditadura militar brasileira (1964-1985). No final da década de 1970, quando organizações civis, sindicatos e movimentos sociais rearticulam-se na luta contra o governo militar, o conceito de luta pela terra ganhou importância em um país fundado em desigualdades sociais, com destaque as desigualdades criadas fruto da concentração da renda e da terra. O desequilíbrio territorial fundado na concentração fundiária sempre foi difícil de esconder e suas consequências mais ainda. O Brasil, como país dos latifúndios, estava construído no imaginário nacional, mesmo que em alguns casos de forma positiva pela pujança da riqueza de autodenominados desbravadores, de grandes fazendeiros e modernos empresários. Mas o imaginário negativo sobre esses sujeitos poderosos - do coronel, cruel e violento, detentor de milhares de hectares de terra em contraposição à pobreza dos seus trabalhadores e símbolo de bloqueio as terras para quem dela queria produzir o seu sustento - também estava sedimentado na percepção dos brasileiros.

No final da ditadura militar, os ares de liberdade diante de um regime que se esgotava, somado à perpetuação e agravamento das desigualdades sociais e territoriais que produziram uma massa de população pobre e sem terra, gabaritou a formação dos movimentos sociais no campo. Nesse momento de rearticulação e formação, o apoio de parte da Igreja Católica progressista, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi fundamental e ajudou na concepção do significado da terra - como “terra de trabalho” - para homens e mulheres que compunham as fileiras dos movimentos sociais. A luta pela reforma agrária organizada por esses movimentos passou a ser uma realidade crescentemente presente, tendo a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um exemplo elucidativo. A luta pela terra passou a compor a pauta da luta mais ampla por redemocratização, sendo que o lema “sem reforma agrária não há democracia” resumia várias dimensões da grave conjuntura brasileira para além do fim do regime das armas pelos militares, mas também pelo clamor ao fim dos latifúndios, das desigualdades e injustiças sociais.

A raiz religiosa dos movimentos sociais contribuiu para uma concepção de terra dádiva para todos e liberta para quem nela trabalha. Lutar por reforma agrária, portanto, significava lutar pela terra

de trabalho, terra para produção de alimentos e terra para reprodução das famílias camponesas, em oposição a uma mera “terra de negócio”, a uma forma de estar na terra apenas e unicamente visando o lucro.



Figura 1. Ocupação do latifúndio pelo movimento sem terra

Fonte: Salgado (1997).

Nesse período, o conceito de luta pela terra serviu muito mais do que simples lema de luta pela reforma agrária, mas compunha um arsenal teórico discursivo da luta de classes. Os movimentos sociais de camponeses sem terra ao assumirem a posição de classe assumiram a luta de classe. No mundo acadêmico científico, embora a categoria de classe social estivesse sob a crítica de outras correntes de pensamento, ela tinha forte presença na literatura, sendo que a dimensão de classe social continuava uma lente importante para a análise do surgimento dos movimentos de luta pela terra.

Arrisca-se a afirmar, sem precisão de datas, que o conceito de luta pela terra surgiu fruto das ações dos movimentos sociais, foi elaborado por eles no acontecer das experiências de luta, e dominou o discurso desses movimentos e as análises acadêmicas sobre o tema entre o fim da década de 1970 até o final da década de 1990. Com o término do regime militar e a espacialização dos movimentos sociais no campo nos anos de 1980 e 1990 por todas as regiões brasileiras, a luta pela terra ganhou uma força nunca antes alcançada. Muitas conquistas de terras figuram na história desses movimentos sociais nascidos no fim da ditadura militar, sendo que a militância passou a experimentar formação política a partir das ocupações de latifúndios, constituição de acampamentos como a principal forma de pressão por desapropriações de terras e conquistas de assentamentos rurais de reforma agrária. As conquistas dos chamados projetos de assentamentos rurais trouxeram novos desafios e novos sonhos passaram a estar presentes na luta. Assim, a *luta pela terra* também passou a ser *luta por território*, em uma conjuntura em que as disputas entre as classes sociais no campo emergiam de forma explícita.

Também não se pode precisar de onde surgiu a gênese do conceito de luta pelo território, se dos movimentos sociais ou da academia, por isso, a noção de simbiose é importante. Simbiose de leituras de mundo vindas da ciência e dos movimentos sociais. O que é certo é que alguns intelectuais participaram analisando e analisaram participando da construção e desenvolvimento dos movimentos sociais no campo. Foram orgânicos ou, no mínimo, tiveram próximos dos movimentos. Participaram como de dentro e/ou de fora e, mesmo que, por vezes, fazendo a crítica e problematizando os rumos

da organização da luta, contribuíram com o fortalecimento da organização de determinados grupos sociais em movimentos sociais³. Igualmente é certo que as comunidades indígenas e quilombolas exemplificaram e influenciaram a construção do conceito de luta por território. A precedência temporal e memorial dos indígenas sobre a terra, suas especificidades de organização sociocultural e luta por resistência ajudaram em muito a compreensão de que a *luta pela terra indígena* (antes chamada de reservas indígenas) era a *luta pelo território indígena*; a mesma compreensão vale, aproximadamente, para os quilombolas.



Figura 2. Manifestação indígena em Brasília-DF-Brasil

Fonte: <https://www.wwf.org.br/?71003/Demarcacao-de-terra-indigena-volta-para-Funai>, 2019.

O conceito de luta por território ganhou notoriedade não só no Brasil como em toda América Latina. Resultado, portanto, de uma simbiose entre academia/ciência e movimentos sociais, a luta por autonomia e emancipação de grupos sociais explorados e expropriados passou a ser explicada e ter força política devido sua dimensão territorial, a qual a luta pela terra era o primeiro passo. Autonomia e emancipação como fermento das lutas só podem ser entendidas a partir de uma base territorial livre e sob o poder daqueles que lutaram por ela ou daqueles que têm o direito sobre ela. Da luta pela terra vista como uma luta por terra de trabalho, produção de alimentos e reprodução social, agora a categoria território amplia as possibilidades de interpretação e redimensiona a luta política, onde o território, sua conquista e apropriação, aglutina outras dimensões e desafios da luta social. O horizonte dado pelas lutas rumou para a tentativa de novas formas de organização e realização das relações sociopolíticas, novas formas de produção, distribuição e comercialização de alimentos, portanto novas formas de realização socioeconômicas sociocultural desses grupos. Mesmo com todas as pressões, imposições e contradições de um território capitalista representado pelo Estado nacional, a autonomia alcançada por conquistas de frações desse território forjou e colocou o conceito de luta pelo território no cotidiano

³ Na ciência Geografia em específico, na qual o território é um conceito fundamental, muitos geógrafos fizeram parte desse processo. Com a possibilidade de cometer esquecimento e imprecisões, arrisco a nomear a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e intelectuais como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto Gonçalves e Antônio Thomaz Junior como partícipes fundamentais na construção simbiótica do conceito de luta pelo território no Brasil.

dos movimentos sociais e na pesquisa de acadêmicos sobre o tema. “Um outro mundo é possível”⁴ passou a ser um desafio na prática cotidiana das lutas e um tema de discussão nas universidades.

Na academia, o conceito de luta pelo território possui função explicativa (e política), diferente dos movimentos sociais que o assumiram como arma político-discursiva em suas manifestações e como possibilidade real em suas conquistas. Na ciência objetivou-se interpretar as formas de organização e ações dos movimentos sociais, seus propósitos e agenda de ações ancorados em noções de autonomia e emancipação, que logicamente passaram a dar corpo interpretativo ao processo de luta, agora por território.

A conjuntura político econômica no qual esse conceito foi forjado no Brasil é de suma importância. A década de 1990 foi a década da chegada com mais força do processo de globalização e do neoliberalismo, portanto, da globalização neoliberal. O neoliberalismo ancora-se com mais vigor no Brasil com a posse, em 1995, de Fernando Henrique Cardoso como presidente da república. O que ele enfaticamente chamava em seus discursos de modernização do Estado brasileiro, significou a assunção da agenda neoliberal. A globalização neoliberal trouxe novas roupagens às relações imperialistas e coloniais entre Estados nação e o discurso do fim das fronteiras e barreiras ao mercado invadiu corações e mentes. O comando do capital financeiro sob as outras formas de capital vinha construindo os pilares para a financeirização da vida, o que quer dizer, em outras palavras, que o capital financeiro passava a ser gradativamente mais determinante na vida do mercado, das empresas e dos cidadãos. Nesse período, o Estado brasileiro saiu mais uma vez fragilizado, dependente e colonizado. Diante desse processo histórico, o conceito de território ganhou mais significado na luta de uma população sem terra e de comunidades com direitos sobre a terra. Lutar pelo território podia ser visto como o contraponto, a contracorrente, a globalização neoliberal.

O tema da luta de classes não foi abandonado nesse período, porém passou a dividir espaço com outras interpretações como a de luta pelas identidades. Muitos conceitos passaram agregar prefixos como *multi* e *pluri* justamente para, supostamente, abarcar as diferentes identidades em luta. Multiescalaridade, multiplicidade e pluralidade posicionaram o conceito de território em outro patamar, sendo que um pouco do discurso da globalização foi assumido acriticamente pela academia. A elasticidade que o conceito ganhou possibilitou dividir a compreensão de território em duas dimensões: a concreta-material e a subjetiva-imaterial. Na manifestação das lutas, a simbiose academia e movimentos, levou o conceito de luta pelo território a ser usado em outras demandas bem distantes da luta pela terra.

Destarte, diante dessas possibilidades múltiplas, o conceito de luta pelo território permanece como uma potente possibilidade explicativa e como um discurso político rebelde em meio à luta de classes travada pela apropriação da terra, onde o Brasil é um exemplo basilar.

A proposta desse texto é criar uma hipótese para debate de que uma nova noção, um novo conceito em construção, vem assumindo o lugar dos conceitos de luta pela terra e território, que é a noção de *luta pela vida*. Luta pela vida começa a figurar com mais força no discurso dos movimentos sociais e em algumas análises científicas nos últimos 10 anos. Sempre sem precisão de datas, a hipótese que se cria é que, pós-colapso econômico-financeiro global de 2008, se estabeleceu ou fortaleceu a crise estrutural do modo de produção capitalista, sendo que os efeitos diretos sob a classe trabalhadora, camponeses e populações originárias e tradicionais são os mais perversos. Formas mais agressivas e regressivas de capitalismo atingem em cheio esses grupos sociais e os trabalhadores como um todo. Formas mais perversas de extração e criação de mais-valor são lançadas, a luz do dia, como alternativa à crise de acumulação.

⁴ As ações e conquistas dos movimentos sociais ajudaram a alimentar a organização de uma sequência de Fórum Social Mundial, a partir do ano de 2001.

A crise do capitalismo neoliberal não fez com que a ideologia neoliberal entrasse em cheque e formas alternativas de capitalismo (ou formas alternativas ao capitalismo) brotassem do fundo do poço, pelo contrário, ocorreu uma intensificação da agenda neoliberal. Por consequência, um rol de imposições dos Estados e do grande capital vem transformado a reprodução social, sobretudo dos grupos sociais economicamente explorados, em uma dramática aventura. A redução do papel do Estado na sociedade, a destruição dos direitos dos trabalhadores, a implosão da previdência social, a diminuição do sistema de saúde pública, a redução do orçamento para educação pública, as privatizações do patrimônio público, o endividamento da população, o arrocho salarial, etc. são exemplos diretos dessa conjuntura. No que diz respeito ao tema central desse artigo - os povos do campo, os movimentos sociais e suas lutas por terra/território - são intensificadas a apropriação privada e a exploração da terra e da natureza. Passamos a viver em um período em que todas as dimensões da natureza devem estar sob a lógica da privatização e da produção e reprodução ampliada do capital, sendo que a crise de acumulação faz esse capital recorrer a formas progressivamente mais violentas de extração e criação de mais-valia.

Grupos sociais que lutaram por terra e que sonharam com autonomia e emancipação a partir da conquista de terra/território estão, agora, ameaçados, sendo que muitos deles já vêm sofrendo, *mas uma vez*, ações de expulsão e expropriação. No caso brasileiro, as florestas, as águas, o subsolo e as terras públicas são vistos como recursos para uma urgente exploração econômica. Em função disso, estamos assistindo ataques às terras indígenas e quilombolas e a um processo articulado de sepultamento da política pública de reforma agrária, conjugado a tentativas de reversão das áreas conquistadas em assentamentos rurais (pode ser por vir um amplo processo de *desassentamento rural*). Também estamos assistindo aos ataques às florestas e aos minérios, com foco na maior floresta tropical do mundo. O “dia do fogo”⁵ na Amazônia, quando grandes proprietários de terra e grileiros incendiaram a vegetação nativa para demarcar a apropriação e exploração privada, boa parte dela em terras públicas, é elucidativo atualmente.

Para além do panorama global de crise do capitalismo neoliberal financeiro, no Brasil, a crise econômica significou uma crise política sem precedentes. Um golpe político/jurídico/midiático, em 2016, rompeu os anos de democracia pós-fim do regime militar e culminou a eleição de um governo de extrema direita em 2018. O governo que assumiu o poder foi sustentado pela face institucional e política dos ruralistas (os donos do terra, o agronegócio), e imprimiram uma política de destruição das instituições democráticas e do patrimônio público desse país.

O golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da república, em 2018, significou que indígenas, quilombolas, sem terra e movimentos sociais camponeses passaram a viver ameaçados. Crise econômica e governo com características autoritárias e subservientes ao grande capital constituíram uma junção diabólica de ameaça da vida de determinados grupos sociais. Esses grupos que desenvolvem suas vidas ligada à terra rural estão no epicentro de processos de expropriação. Em vista disso, as possibilidades de reprodução social estão paulatinamente mais precarizadas, transformando a *luta pela terra e território* em *luta pela vida*, em uma luta para continuar existindo. As lutas de resistência (re-existência), que nunca deixaram de existir, ocupam hoje o lugar das lutas emancipatórias.

Nos últimos anos é frequente encontrar no discurso dos movimentos sociais a noção de *luta pela vida*. Igualmente, essa noção povoa as campanhas e manifestações políticas dos movimentos contra uma sorte de efeitos do sistema capitalista em crise e do Brasil em convulsão política e econômica,

⁵ Durante o primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro, investidores, fazendeiros e grileiros, agendaram pelas redes sociais um dia - uma data precisa - para colocar fogo em parte da Amazônia, com o objetivo de desmatar a floresta e abrir fazendas para o agronegócio e áreas para mineração. O dia 10 de agosto de 2019 ficou conhecido como o “dia do fogo” e muitas partes da região norte do Brasil foram devastadas pelo fogo.

como são as manifestações contra a concentração fundiária, pela agricultura camponesa, contra os agrotóxicos, contra grandes projetos extrativos, etc. *Projetos de vida versus projetos de morte, territórios de vida versus territórios de morte* são expressões discursivas cada vez mais presentes nas manifestações sociais contemporâneas, porém, luta pela vida não surge apenas como uma reelaboração conceitual e estratégia discursiva, mas de uma realidade concreta progressivamente espoliativa e violenta. Na realidade brasileira, como contabiliza a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as violências contra esses grupos sociais vêm aumentando exponencialmente. Trata-se de uma violência histórica, mas intensificada na atualidade.



Figura 3. Assassinado na luta pela terra/território. Velório de José Bernardo da Silva no Assentamento Zumbi dos Palmares – município de Mari-Paraíba-Brasil

Fonte: MST/PB - Autora Christian Woa, dez. 2018

Luta pela vida, portanto, é luta para continuar existindo diante de um sistema econômico e social em franca crise. Expropriar e espoliar determinados grupos sociais de sua terra/território e os próprios bens naturais como forma de aumentar (criar e liberar ativos) a concentração de terra, recursos e capital é uma tônica violenta de nosso tempo.

Na ciência, a noção de luta pela vida aparece de forma difusa, como expressão da dramaticidade que diferentes grupos sociais pesquisados estão vivendo. Por isso, é abordada nesse texto ainda como uma noção e não como um conceito. Trata-se, na verdade, de um conceito em construção ou que pode ser construído para balizar interpretações dos processos ora em voga.

No bojo de uma crise do capitalismo entendida como crise estrutural, o tema da luta de classes permanece e ganha importância como um caminho interpretativo. O golpe político/jurídico/midiático no Brasil de 2016, como os outros golpes recentes na América Latina, foram golpes de classe. Por essa razão, abstrair esse conceito das análises é jogar no lixo uma importante ferramenta científica para compreender aquilo que vem nascendo como luta pela vida. Luta pela vida é uma luta pela existência de uma classe social que parece estar sendo descartada no atual estágio de desenvolvimento crítico do capitalismo⁶.

⁶ É estarrecedor o relato do cientista Rushkoff (2020, n.p) que foi convidado para dar uma palestra sobre o futuro da tecnologia, e descobre que na verdade seria entrevistado por cinco super ricos do mercado financeiro, interessados em saber o que fazer depois do "evento" (na concepção

Por fim, vale anunciar outra possibilidade interpretativa diante do que já aparece de forma tímida em alguns analistas sociais, a qual não será explorada aqui, mas que está umbilicalmente ligado à noção de luta pela vida, que é o conceito de civilização e as noções que dela começam a derivar: crise da civilização e luta pela civilização (e até fim da civilização). Não é por menos que há um evidente retorno ao conceito de acumulação primitiva de Marx como possibilidade interpretativa do tempo presente; também não é por menos que David Harvey, o teórico que tentou atualizar esse conceito, sob um novo título, “acumulação por espoliação”, passa a ser um teórico lido e assumido nas diferentes áreas do conhecimento.

Existe um arsenal de novos conceitos e o resgate de conceitos já sedimentados nas ciências humanas, direta ou indiretamente ligados ao potencial explicativo do conceito de acumulação primitiva, que vem aparecendo na literatura recente: violência (Zizek, 2014. Porto-Gonçalves, 2003. Fumagalli *et al.*, 2009); crime (Alvaréz, 2008), barbárie (Oliveira, 2003), brutalidade (Sassen, 2016), despojo (Gilly e Roux, 2015), despossessão/desapropriação (Levien, 2014), expulsão (Sassen, 2016), necropolítica (Mbembe, 2011), terricídio (Millam, 2020), parasitismo (Gomes, 2015), roubo, saque, pilhagem, rapinagem, extorsão, predação, extrativismo, corrupção (Almeida, 2010. Alvaréz, 2008. Harvey, 2013) e ataques (Mitidiero, 2016; Mitidiero *et al.*, 2017, 2018, 2019). Contudo, o foco dessa reflexão será ao papel dos conceitos de *acumulação primitiva* (Marx, 2013) e *acumulação por espoliação* (Harvey, 2013) como conceitos “abre alas” para a análise das perspectivas das lutas sociais.

3. POSSIBILIDADES TEÓRICO CONCEITUAIS: ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Como as operações capitalistas pressupõem a existência de capital, sendo ele o motor para a extração de mais-valor, e estando o mais-valor na condição de possibilitar a produção de mais capital, é criado um círculo vicioso de reprodução ampliada do capital. Marx se preocupou em interpretar o ponto de partida, a gênese formativa do capital antes desse círculo começar a girar. A essa gênese ele chamou de *acumulação primitiva*.

Em resumo, Marx (2013) mostrou como a violência, a expropriação e o roubo foram as estratégias geradoras do capital, o “pecado original”. A apropriação capitalista violenta de recursos antes minimamente nas mãos dos camponeses/trabalhadores, passam a fazer parte do patrimônio econômico de quem se apodera do recurso. Na história, esse é o momento fulcral de separação do produtor dos seus meios de produção, na transição do feudalismo para o capitalismo. Período em que grandes massas humanas são despojadas a ferro e fogo de seus meios de subsistência e lançados no mercado como absolutamente livres, apenas portadores da sua força de trabalho (agora assalariada). Foi nada mais do que a «dissolução [com recurso da violência] da propriedade privada fundada no próprio trabalho» (Marx, 2013, p. 786). Por isso, na narrativa do autor encontra-se uma séria de frases interpretativas da violência do processo: «Na realidade, os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos...a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo» (Marx, 2013, p. 787); «a violência é parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica» (Marx, 2013, p. 821).

Nesse sentido, «a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo» (Marx, 2013, p. 787). Com isso, expropriação de terra e recursos são o *start* para a formação do capital que posteriormente alimentará o círculo vicioso de sua reprodução.

desses bilionários, “evento” significa “...desastre ambiental, a agitação social, a explosão nuclear, o vírus incontrolável ou os hackers-robôs que destroem tudo”), ou seja, a destruição em massa da humanidade e da natureza.

Por mais duro e incongruente que possa parecer, a atual conjuntura passa a valer-se dessas estratégias de acumulação primitiva diante de um sistema em crise. Existem importantes reflexões e questionamentos sobre o papel desse conceito, se é algo datado historicamente na transição do feudalismo para o capitalismo ou uma estratégia permanente no desenvolvimento do modo capitalista de produção? Na literatura, os pensadores tendem para a segunda opção, por isso a pertinência do resgate desse conceito em pleno século XXI⁷.

Quando afirma-se que formas mais agressivas de capitalismo estão sendo forjadas ou resgatadas é sob a lente do conceito em discussão que se pretende posicionar o ponto de partida para a análise da conjuntura das lutas e movimentos sociais. Vivemos em um momento histórico em que boa parte da população rural brasileira deve ser expropriada dos seus meios de subsistência para dar lugar à apropriação privada especulativa da terra ou a grandes áreas produtivas de produtos hoje conhecidos como *commodities* (agrícolas e minerais). Uma série de ações violentas, perenes na história brasileira, mas intensificadas na atual conjuntura, são alçadas como motor da acumulação de capital, como são, por exemplo: a grilagem de terras, o saque contemporâneo das terras indígenas e áreas de reserva ambiental, o bloqueio ao acesso à terra pelos quilombolas, a tentativa de reversão das terras conquistadas a partir da luta pela terra, os assassinatos e expulsões de homens e mulheres do campo, a compra de terras pelo capital estrangeiro, as opções políticas dos governos em apoio ao grande capital, a fabricação de leis a favor desse grande capital e contra as populações camponesas e indígenas são realidades cotidianas no cenário brasileiro.

O geógrafo britânico David Harvey propôs uma atualização do conceito de acumulação primitiva sob um novo título: *acumulação via espoliação*. Sua proposta alcançou uma enorme aceitação no transcorrer dos poucos anos do século XXI e, mesmo seus críticos, de uma forma ou de outra, enfatizam o papel da acumulação primitiva como possibilidade de compreensão do nosso tempo.

Harvey é bem honesto ao alertar o leitor de que sua proposta era nada mais nada menos que a fiel continuidade do conceito de acumulação primitiva, porém, no tempo presente, décadas depois da sua primeira aparição: «Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação 'primitiva' ou 'originária' no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é, por conseguinte, muito necessária... Como parece estranho qualificar de 'primitivo' ou 'original' um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de 'acumulação por espoliação'» (Harvey, 2013, p. 120/121).

Dessa maneira, esse autor parte da constatação de que «todas as características da acumulação primitiva que Marx mencionou permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias» (Harvey, 2013, p. 121). E, citando o pensamento de Hanna Arendt, afirma que durante as crises, «o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornará possível a 'acumulação de capital' (Marx) e dera início a toda acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente» (Harvey, 2013, p. 119).

Sob esse ponto de vista, pode-se concluir que são duas as contribuições que Harvey nos traz e que podem ser consideradas como novas diante da descrição e interpretação que Marx faz da acumulação primitiva no capítulo 24 do livro *O Capital*: 1) Harvey amplia os exemplos, as formas e estratégias de realização da acumulação primitiva; 2) ele dramatiza, de forma muito mais assustadora que Marx, o destino dos grupos sociais vítimas dessa forma primitiva de acumulação de capital.

Enquanto para Marx a acumulação primitiva desenrola processos de: «...mercadificação e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade

⁷ Sassen (2016, p.9) adere a este movimento de interpretação: «enfrentamos um terrível problema em nossa economia política global: o surgimento de novas lógicas de expulsão».

privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e taxação, particularmente da terra; o comercio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de créditos como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade⁸, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos» (Harvey, 2013, p.121).

Para Harvey, em um primeiro momento, há a permanência na história recente dos processos descritos por Marx mais de um século atrás, porém potencializados: «A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como México e Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agricultura familiar. A escravidão não desapareceu...» (Harvey, 2003, p.121).

Em um segundo momento, Harvey, sempre partindo da raiz marxiana, enfatiza o aprimoramento de determinados processos e sua maior intensidade em comparação ao passado, sobretudo devido ao nível avassalador de financeirização da economia e da vida, em um espetacular estilo de especulação e predação⁹. É longa a lista desses processos: «O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo....Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrentes de manipulação de crédito e das ações» (Harvey, 2013, p. 122/123).

Somado a processos inteiramente novos não vivenciados por Marx: «A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado acordo TRIPS) aponta para as maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados contra populações inteiras cujas práticas tiveram papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradação proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala.... A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo o gênero) que tem varrido o mundo, indica uma nova onda de 'expropriação das terras comuns'.... a regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução dos direitos comuns de propriedade obtidos graças à anos de dura luta de classes

⁸ Harvey não aprofunda aqui uma passagem importante do capítulo 24 do livro *O capital*, quando Marx afirma que as leis se tornaram um veículo de roubo. É inevitável relacionar essa afirmação com o Parlamento brasileiro, principalmente pós-golpe político/jurídico/midiático de 2016. O poder legislativo especializou-se nesses últimos anos em criar leis para o capital e destruir leis importantes aos trabalhadores e a sociedade como um todo.

⁹ Para Sassen (2016, p. 21), «hoje a acumulação primitiva é executada por meio de operações complexas e de muita inovação especializada, que vai desde a logística das terceirizações até os algoritmos das finanças».

(o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal» (Harvey, 2013, p. 123).

Foi e esta sendo ampliada e intensificada as possibilidades de extração do corpo social e da natureza de valores para compor a acumulação de capital, em um momento histórico em que o grande capital já está formado, entretanto com a etapa da reprodução expandida em crise, restando construir formas espoliativas gradativamente mais presentes. Harvey alerta que se ativos com potencial econômico, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem em suas mãos, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira, sendo as estratégias de acumulação primitiva um caminho quase certo. Nesses processos alicerçados por ações violentas, a acumulação por espoliação geralmente libera um conjunto de ativos a custo muito baixo (em alguns casos, a custo zero). Provavelmente, a grilagem e o saque das terras no Brasil sejam o exemplo mundial mais bem acabado desse tipo tenebroso de acumulação na atualidade.

A grande contribuição de Harvey (2013) ao conceito de acumulação primitiva resulta nos seus apontamentos para os efeitos contemporâneos desse fenômeno perverso. Se para Marx, sem defender o sistema e muito menos o processo de acumulação originária de capital, algo de progressista aconteceu no desenvolvimento do capitalismo pós-mundo feudal, para Harvey não há progresso possível em vista no período histórico contemporâneo. Na proposição de Marx, a acumulação primitiva significou a separação violenta dos trabalhadores de seus meios de produção (principalmente dos camponeses), liberando-os para ser mão de obra assalariada ou para compor o exército industrial de reserva, processos esses que incrementaram a urbanização, industrialização e tecnificação da sociedade. Para esse autor, segundo Harvey (2013), a abolição das relações feudais, as transformações tecnológicas e organizacionais das sociedades e a superação de um mundo fundado em superstição e ignorância tiveram, até certo ponto, o seu lado positivo¹⁰.

Talvez, na proposição de Harvey, exista uma única e significativa diferença com o conceito marxiano. Mesmo considerando o papel das lutas antissistêmicas, para Harvey o resultado da espoliação é o nada para os sujeitos sociais espoliados¹¹, nenhum sentido positivo é possível. Ou seja, impera a descartabilidade completa de parte dos(as) trabalhadores(as) em um mundo já urbanizado, industrializado e tecnificado - em um mundo de desemprego estrutural, como aparece na leitura mezariana. Soma-se a isso a destruição dos bens públicos e comuns, da ruína da seguridade social e a privatização totalitária dos recursos naturais. Por isso, este autor pontua que «a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto» (Harvey, 2013, p. 135).

Os grupos sociais vítimas da acumulação primitiva contemporânea (acumulação por espoliação) parecem ser jogados ao nada, descartados de tudo, um peso morto para a economia capitalista. São verdadeiros órfãos da Terra que os processos de expropriações, expulsões e espoliações geram a cada dia.

Por esses processos vividos no cotidiano da economia capitalista contemporânea, conceber a permanência e perenidade da acumulação primitiva não é difícil e, pior, constata-se que essa forma bárbara de acumulação vem tomando a dianteira do sistema, como perguntou Harvey (2013, 127): «como, quando e por que a acumulação por espoliação sai dessa condição clandestina e se torna a forma dominante de acumulação com respeito à acumulação expandida?» A resposta também não é

¹⁰ Na concepção de Harvey (2013, p. 134), «é possível afirmar, desse ponto de vista, que a acumulação primitiva foi uma etapa necessária, ainda que tenebrosa, pela qual teve que passar a ordem social para chegar a uma condição na qual se tornassem possíveis tanto capitalismo como alguma forma de socialismo alternativo».

¹¹ Conforme Sassen (2016, p. 19), «isso nos mostra que nosso período não é igual ao de formas anteriores de capitalismo que floresceram como base na expansão acelerada de classes trabalhadoras e médias prósperas».

difícil. De um lado, a crise de acumulação que exige novos e velhos motores de propulsão para reativar a reprodução expandida; de outro, quando determinados Estados desenvolvimentistas ou empreendedores capitalistas querem “integrar-se ao sistema” e, para isso, devem varrer grupos sociais que estão de posse de recursos economicamente cobiçáveis.

Conforme Sassen (2016, p. 21), depois de três décadas de desenvolvimento, testemunhamos economias em declínio, com uma escalada de «destruição da biosfera no mundo inteiro e o ressurgimento de formas extremas de pobreza e de brutalização onde achávamos que já tinham sido eliminadas ou estavam em vias de desaparecer».

O que vem depois, pergunta Sassen? «Historicamente, os oprimidos com frequência se levantaram contra seus opressores. Mas hoje os oprimidos, em sua maioria, foram expulsos e sobrevivem a uma grande distância de seus opressores. Além do mais, o opressor é cada vez mais um sistema complexo que combina pessoas, redes e máquinas, sem ter um centro visível» (Sassen, 2016, p. 19).

Justamente esse período, ao mesmo tempo confuso e objetivamente dramático, vem alimentando a mudança discursiva e conceitual das resistências sociais. Da luta pela terra para produção (de alimentos, sobretudo), da luta pelo território de vida autônoma e emancipada para lutas por sobrevivência, para continuar vivo. Não é de se assustar que nos últimos cinco anos o conceito de “necropolítica” (Mbembe, 2011) tenha ganhado força entre os pesquisadores das ciências sociais.

Tanto a acumulação primitiva como a acumulação por espoliação retratam fatos e eventos de fortes contra os fracos, de opressores e oprimidos. O forte é o espoliador, o fraco é o espoliado, e o que deriva desses processos é a mais brutal paisagem social para as populações oprimidas sempre em luta. No caso brasileiro, como já foi pontuado aqui, indígenas, quilombolas, camponeses, sem terra, assentados e a natureza são espoliados de forma primitiva em pleno século XXI e se (re)organizam para luta, vislumbrando mais sua reprodução social do que a construção de um novo território, de um outro mundo possível.

4. DUAS LEITURAS DE GEÓGRAFOS SOBRE A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E UMA CONCLUSÃO

Dois geógrafos brasileiros se colocaram recentemente na discussão do papel e da pertinência do conceito da acumulação primitiva. Ruy Moreira (2015) tentou defender a atualidade do conceito e Sandra Lencione (2012) defendeu sua operacionalidade na interpretação de determinados processos.

Moreira argumenta que a acumulação primitiva abre e fecha a transição do feudalismo para o capitalismo, o que fez com que confundissem a acumulação primitiva com a transição. Para este autor, isso foi um equívoco e levou a impedir a compreensão de que a essência do movimento processual do capitalismo demanda a presença estrutural-estruturante permanente da acumulação primitiva.

«Produzida na transição, tal estrutura deve se reproduzir ciclicamente junto ao todo reprodutivo, que é a dinâmica característica do modo de produção capitalista. De modo que a transição é o momento histórico de instituição. E a acumulação primitiva o *ad eternum* que o inaugura e repete continuamente» (Moreira, 2015, p. 10).

Assim, a acumulação primitiva continua viva dentro dos circuitos M-D-M e D-M-D' e como Harvey enfatizou, esse tipo de acumulação foi potencializado no circuito D-D' (financeirização).

Moreira (2015, p. 18/19) indica a relevância desse conceito para a compreensão geográfica dos espaços no capitalismo, o que leva a cada «contexto de espaço a distinguir sua forma histórica da transição, modo estrutural de implantar-se e reflexos de herança que mais para frente vai perceber. A acumulação primitiva que modeliza-se, modelizando as dimensões de espaço-temporalidade que começamos a compreender».

Lencioni (2012, p.1) parte do mesmo princípio daqueles pesquisadores que se valem do conceito de acumulação primitiva na atualidade: «nosso ponto de vista é de que a acumulação primitiva historicamente não desapareceu, sendo, inclusive, um importante componente da sociedade contemporânea». E arremata juntando duas formas distintas, mas articuladas, de acumulação ao afirmar que «tanto a acumulação primitiva como a reprodução do capital constituem, portanto, processos imanentes à sociedade contemporânea».

Uma contribuição importante dessa autora é o abandono de uma visão linear do desenvolvimento do capitalismo, como se primeiro devesse existir a acumulação primitiva para depois vir a reprodução ampliada de capital. Na atualidade, os processos são simultâneos, ocorrendo no mesmo espaço e tempo. Mas há uma diferença importante entre os dois processos, o processo de acumulação primitiva está ligado a ações espoliativas, enquanto a reprodução do capital está associada a exploração; um é o gerador de capital e o outro é o gestor do capital acumulado e em acumulação¹².

Diferente de Harvey (2013) que viu a necessidade de trocar a palavra chave do conceito – *de primitiva para espoliação* – Lencioni não vê primitivo como um demarcador temporal e, sim, assume a palavra primitivo no seu sentido figurado de: brutal, bárbaro, impulsivo e instintivo. É a partir desses significados que muitos autores vêm regressando ao capítulo 24, do livro *O Capital*, como possibilidade de pensar o tempo presente. Como questiona Lencioni (2012, p.6) : «apesar do avanço técnico e de tantas leis acerca dos direitos humanos, persiste a violência, a fraude e o roubo como chaves da acumulação primitiva de capital».

É certo que existe uma crítica interessante sobre “a moda” dos conceitos de acumulação primitiva e espoliação (Fontes, 2010. Levien, 2014. Baca, 2018; entre otros) – as quais não será abordada aqui –, mas a conclusão que se deve levar em conta é de que a contemporaneidade do desenvolvimento em crise do capitalismo, processos bárbaros e espoliativos, estão na ordem do dia, modernizados e com intensidades assustadoras em comparação à longa história de expropriação e violência desse regime socioeconômico.

Os conceitos de acumulação primitiva e espoliação são um terreno fértil e dramático para a análise dos geógrafos sobre as transformações territoriais contemporâneas. Os diferentes territórios estão sob ataque por meio de ações destrutivas de um sistema desesperado para sair da crise. Esse desespero, como figurou em outras épocas, conduz para ações violentas de exploração e expropriação da classe trabalhadora e dos bens naturais. O que há de novo é a certeza neoliberal de que nada sob a órbita terrestre deve ter existência livre da propriedade privada, tudo deve estar sob a lógica privatista do capital mesmo que para isso essa lógica tenha que minar formas de sobrevivência e destruir vidas.

A reprodução social em determinados territórios¹³ vem se configurando, para um maior contingente de pessoas, em uma aventura trágica. A geografia agrária brasileira que se preocupa com as formas de ocupação e apropriação do território (rural) e com as condições sociais de produção, infelizmente, possui um enorme leque de exemplos empíricos de processos de acumulação primitiva/espoliação. Os ditos *objetos de pesquisa* não nos faltam, caso a preocupação seja compreender e explicar esses processos primitivos-contemporâneos.

¹² Para simplificar, no fundo, o que distingue a acumulação primitiva do capital da reprodução do capital é o fato da acumulação primitiva ser um processo que se resume na produção de um capital novo, enquanto que o processo de reprodução do capital parte de um capital já constituído e o incrementa ainda mais, por meio de agregação de novo valor procedente do processo de exploração do trabalho” (Lencioni, 2012, n.p.)

¹³ Harvey (2013, p. 142) é categórico ao conceber que os países pobres, ou os países em desenvolvimento, fora do eixo das grandes potências, são o lócus privilegiado para as ações de espoliação: «Embora eu não julgue que a acumulação por espoliação esteja exclusivamente na periferia, é indubitável que algumas das suas manifestações mais viciosas e desumanas ocorrem nas regiões mais vulneráveis e degradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual».

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sinais coletados a partir da experiência e proximidade com os movimentos sociais no campo no Brasil (e algum conhecimento sobre os movimentos sociais latino americanos), conjugado à atenção com uma produção bibliográfica que caminha pela teoria crítica, a percepção construída é a de que estamos passando por uma mudança na forma-conteúdo das lutas sociais, exatamente porque a realidade obriga a não tapar o sol com a peneira, ou seja, a realidade dominada pela (i)rracionalidade destrutiva do capital em crise e incontrolável, faz com que as lutas de resistência sejam uma condição de existência. A mutação em *luta pela terra* → *luta pelo território* → *luta pela vida*, adverte que o ímpeto alternativo ao sistema, porque autonomista e emancipatório, vem dando lugar às lutas por sobrevivência e, em alguns casos, um salve-se quem puder. Com isso, não se tentou nesse artigo, com aspectos de ensaio, trabalhar com conceitos *a priori* ou encaixar pura e simplesmente essa realidade nos conceitos de acumulação primitiva/espoliação, mas, sim, resgatar, diante de tantos outros, dois importantes aportes conceituais que podem contribuir para o entendimento dessa nova face das lutas sociais, que é a *luta pela vida*.

Finaliza-se essa reflexão com um grande incômodo: o pessimismo predominante nesse texto. Por isso considera-se o alerta de alguns importantes pensadores de nosso tempo. Zizek (2010) chama a atenção que pesquisadores críticos possuem uma “ânsia de catastrofizar a situação”, e Harvey aponta que um dos principais inimigos dos movimentos sociais e do pensamento crítico é o pessimismo. Mézáros também problematizou as ideologias críticas por estas assumirem sempre uma postura negativa.

«Todos aqueles que tentam articular os interesses das classes subordinadas têm de assumir – mais uma vez como uma questão de determinação estrutural insuperável – uma postura negativa, não apenas com respeito à suposta ‘organicidade’ da ordem estabelecida, mas também quanto às determinações objetivas e às instituições de controle socioeconômico e político-cultural.

Entretanto, deve-se reconhecer também que a história não pode terminar no ponto do simples negativismo. Nenhuma força social pode apresentar suas reivindicações como uma alternativa hegemônica sem também indicar, pelo menos em linhas gerais, a dimensão positivo-afirmativa de sua negação radical (...) Via de regra, as ideologias que se esgotam na negação pura e simples fracassaram logo e não conseguem fazer valer qualquer reivindicação real de constituírem uma alternativa viável» (Mézáros, 2002, p. 1033).

Por hora, pensa-se em três caminhos julgados como obrigatórios diante de um período histórico que parece iniciar-se: a história contemporânea de luta pela vida.

- Devemos cultivar e, até certo ponto, louvar a radicalidade do pensamento crítico em todas as esferas sociais, a começar pela acadêmica. A produção científica pode variar de contribuições teóricas profundas a pesquisas empíricas de denúncia, não importa. Importa sim as contribuições que a produção de conhecimento crítico - se teórico ou denúncia -, podem dar aos grupos sociais na mira dos processos de espoliação. A diplomacia e parcimônia na produção de conhecimento (sem contar os obscurantismos e negacionismos) não podem contribuir com as resistências e, muito menos, com as transformações necessárias;

- A proteção e o incentivo aos movimentos sociais sob ataques deve ser tarefa de distintas frações da sociedade, da academia aos grupos de apoio e até dos partidos políticos. Os movimentos sociais no campo são o que de mais moderno surgiu na história política nos últimos 40 ou 50 anos, por isso, na realidade brasileira, eles são resistência e uma ameaça ao status quo. Protegê-los é preciso.

- Resgatar as utopias revolucionárias. Talvez o principal papel das utopias de transformações da sociedade e do território seja o seu papel de negação das condições objetivas e subjetivas de reprodução de um sistema de espoliação. Antes mesmo de colocar as utopias em prática, ou mesmo

verificar se elas são viáveis, a utopia pode gerar um sentimento de negação da ordem, perversa, estabelecida. Daí partiríamos!

REFERENCIAS

- Alvaréz, J. E. (Org.). (2008). *Capitalismo criminal. Ensayos críticos*. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales.
- Almeida, A. W. B. (Org.). (2010). *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Lamparina.
- Baca, A.S. (2018). Acumulación en el sector agroalimentario: más allá de la acumulación por desposesión. Contribuciones a parit del sometimiento real del maíz al capital. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrários*, 48(1),127-157.
- Fontes, V. O (2010). *Brasil e o Capital Imperialismo. Teoria e História*. Editora UFRJ.
- Fumagalli, A., Lucarelli S., Negri, A. & Vercellone, C. (2009). *La gran crisis de la economía global. Mercados financieros, luchas sociales y nuevos escenarios políticos*. Traficantes de Sueños.
- Gomes, H. (Org.). (2015). *Especulação e Lucros fictícios. Formas parasitárias de acumulação contemporânea*. Outras Expressões.
- Gilly, A. & Roux, R. (2015). *El tempo del despojo. Siete ensayos sobre um câmbio de época*. ITACA.
- Harvey, D. (2003). *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola
- Levien, M. (2014). Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Sociologia e Antropologia*, 4, 21-53.
- Lencioni, S. (2012). Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. *Confins*, 14.
- Marx, K. (2013). *O Capital*. Livro I. Boitempo.
- Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. Editorial Melusima.
- Mészáros, I. (2002). *Para Além do Capital. Rumo a uma teoria de transição*. Boitempo.
- Mitidiero, Jr. M. (2016). Ataque aos direitos dos povos do campo em Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade (Coords.), *Conflitos no Campo - Brasil 2015* (Vol. 32, pp.166-175). Comissão Pastoral da Terra.
- Mitidiero Jr, M., Martins, L. A., Silva, A. M. D. S. & Nascimento A. P. (2017). Ataque aos Direitos dos Povos do campo: as ações do Legislativo e Executivo Federal em Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade (Coords.), *Conflitos no Campo - Brasil 2016* (Vol. 33, pp. 88-104). Comissão Pastoral da Terra.
- Mitidiero Jr, M., Morais, H. B., Martins, L. A. & Moizés, B. (2018). Leis e Grandes Empreendimentos: do Estado de Direito ao Estado de Exceção em Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade (Coords.), *Conflitos no Campo - Brasil 2017* (Vol. 34, pp. 151-179). Comissão Pastoral da Terra.
- Mitidiero Jr, M., Martins, L. A., & Moizés, B. C. (2019). Contra O Povo: Ataque parlamentar aos direitos dos povos do campo e da natureza em Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade (Coords.), *Conflitos no Campo - Brasil 2018* (Vol. 34, pp. 163-171). Comissão Pastoral da Terra.
- Millam, M. (12/02/2020). O Que es terricidio? [Archivo de video]. Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=Y7bZlnjsDEw>.
- Moreira, R. (2015). O capítulo 24 e o segredo da atualidade analítico estrutural do Capital de Marx. *Revista ANPEGE*, 11(16),9-19.
- Oliveira, A. U. (2003). Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Revista Terra Livre*, 2(21), 113-156.

- Paulo Neto, J. (2012). Crise do capital e consequências societárias *Serviço Social & Sociedade*, 413-429.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2003). Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003 em *Conflitos no Campo Brasil* 16 (pp. 9-26). Comissão Pastoral da Terra.
- Sassen, S. (2016). *Expulsões. Brutalidade e Complexidade na Economia Global*. Paz e Terra.
- Zizek, S. (2010). *Vivendo no Fim dos Tempos*. Boitempo.
- Zizek, S. (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. Boitempo.

© Copyright: Marco Antonio Mitidiero Junior, 2023
© Copyright Biblio3W, 2023

Ficha bibliográfica: MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Da luta pela terra à luta pela vida: possibilidades teórico-conceituais em circunstâncias dramáticas. Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2023, vol. XXVIII, nº V [ISSN: 1138-9796].